

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO	4
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	7
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	9
INVESTIMENTOS.....	19
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	21
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	22
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	22
GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	23
SISTEMAS DE GESTÃO E MODELO DE EXCELÊNCIA	23
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.....	24
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	29
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	30
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	31
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	32
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	34
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	36
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	38
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	39
1. CONTEXTO OPERACIONAL	39
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	40
3. DAS CONCESSÕES	55
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56
5. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	56
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	57
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	58
8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	59
9. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	59
10. INTANGÍVEIS	60
11. FORNECEDORES.....	62
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	62
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	63
14. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	66
15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	66
16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	70
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	74
18. RECEITA	76
19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	77
20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	79
21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	80
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	81
23. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	90
24. SEGUROS	91
25. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	92
26. REAJUSTE TARIFÁRIO E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA	92
27. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	93
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	93
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	95
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	97
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES	98
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	99

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano de 2011 com a certeza de termos vencido os grandes desafios que se apresentaram durante o ano, relacionados à melhoria da nossa lucratividade, o expressivo programa de investimentos e a manutenção da qualidade no atendimento em um final de ano especialmente marcado pelas fortes chuvas.

Primeiramente, deve ser ressaltada a melhoria expressiva em nosso desempenho operacional. Atingimos um lucro em 2011 de R\$720 milhões na comparação ao lucro de R\$441 milhões no ano anterior, um aumento de 63,27%. Essa mesma melhoria pode ser verificada nos demais indicadores de desempenho. Como destaque, a nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, R\$1.613 milhões em 2011 em comparação a R\$1.177 milhões em 2010, um aumento de 37,04%, um resultado importante para a garantia da execução do nosso programa de investimentos e distribuição de dividendos ao nosso acionista.

Temos o desafio neste ciclo tarifário, no período de 2008 a 2013, de executar um relevante programa de investimentos, próximo a R\$4 bilhões de Reais, que certamente contribuirá de forma significativa para a melhoria da performance da qualidade de fornecimento de energia elétrica e na redução das perdas técnicas e comerciais.

Não podemos nos esquecer que continuamos a investir na continuidade do Programa Luz para Todos, somente em 2011 foram mais de R\$462 milhões investidos e ligados mais 44 mil novos consumidores. Desde o início do Programa já ligamos mais de 285 mil novos consumidores, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Nossos indicadores de qualidade apresentaram comportamentos distintos em relação a 2010. A duração das interrupções de energia foi superior ao ano anterior, mas deve ser levado em conta que uma parcela desse aumento deve-se as interrupções necessárias para a execução do nosso programa de investimentos. Além do mais, a ocorrência de chuvas no último trimestre de 2011 foi atípica, muito acima da média histórica. Diante dessa situação extraordinária, podemos considerar que o nosso sistema elétrico se comportou de forma adequada, com o fornecimento de energia com padrão de qualidade apesar de todas as dificuldades.

No que se refere à redução dos custos, em função dos novos parâmetros regulatórios previstos para os próximos ciclos tarifários, a busca da eficiência operacional é de vital importância para garantir a sustentabilidade das nossas operações. Dessa forma, a Companhia vem realizando contínuas melhorias e alterações em seus processos que possam garantir a maior eficiência operacional.

Temos consciência da importância e responsabilidade das nossas ações para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e também na qualidade de vida da sociedade mineira, somos uma empresa com mais de 7 milhões de consumidores, levando energia a praticamente todo o Estado.

Quanto à sustentabilidade das nossas ações, foi lançado pela Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), nossa controladora, um documento que lista nossas 10 iniciativas para o Clima. Com certeza as ações da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) tem um papel relevante para o cumprimento dessas iniciativas.

Esse documento evidencia a preparação e o comprometimento da Companhia para uma economia de baixo carbono e visa alinhar os negócios com base na avaliação dos riscos e oportunidades climáticas, informando à sociedade e aos investidores as linhas de atuação adotadas pela Companhia.

É importante também destacar que os resultados da Cemig Distribuição somente são possíveis graças à qualidade técnica e comprometimento do nosso quadro de colaboradores, mais de 6 mil empregos diretos, não considerando o volume expressivo de empregos indiretos.

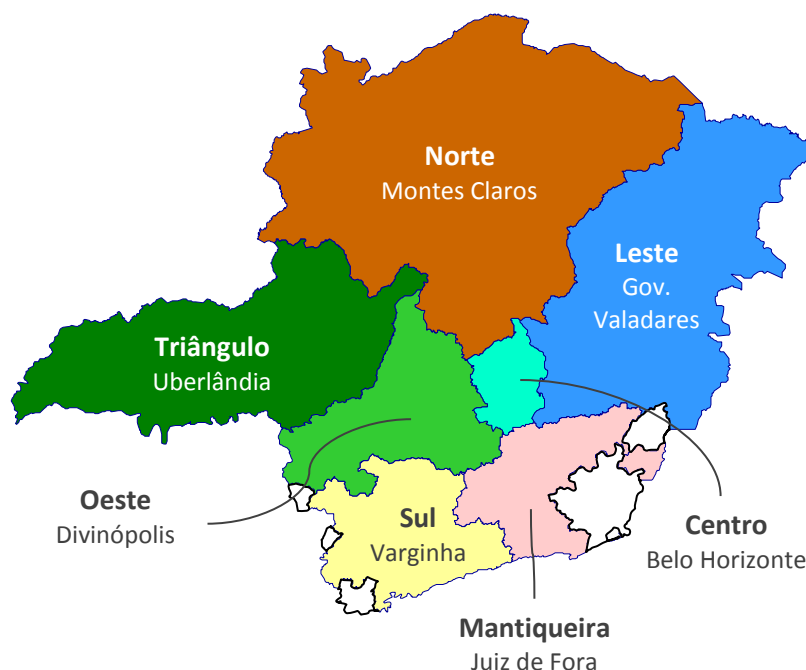
E a capacidade do nosso quadro de colaboradores aliada à qualidade dos nossos ativos que nos dá confiança no futuro, de continuarmos a ser “a melhor energia do Brasil”.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig Distribuição é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 467.679 km de redes de distribuição (104.482 em área urbana e 363.197 de redes rurais) e 17.367 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,3 milhões de consumidores.

A Cemig Distribuição possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2011, 13,3% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 769 mil consumidores.

Área de Atuação



AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig Distribuição tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de distribuição de energia elétrica. Os prazos dos contratos de concessão, que podem ser renovados por decisão da autoridade concedente, são de até 18 de fevereiro de 2016, podendo ser prorrogados por até 20 anos.

O Ministério de Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores.

É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

Revisão Tarifária

A Cemig Distribuição tem suas tarifas reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Revisão Tarifária ocorre a cada cinco anos, quando é verificado o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Desde a assinatura do contrato de concessão, em 1997, a Cemig Distribuição passou por duas revisões, sendo a próxima prevista para 2013.

Em 2011, a ANEEL finalizou a Audiência Pública nº 040 de 2010, na qual tratou da metodologia da 3ª Revisão Tarifária. No sítio do regulador estão divulgados os documentos dos novos procedimentos, bem como as Notas Técnicas de cada tema.

A Companhia ainda está em processo de análise dos efeitos da nova metodologia proposta, ainda não sendo possível estimar de forma precisa os impactos sobre os seus resultados.

Leilões de Energia Elétrica

A Cemig Distribuição participou de três leilões do Ambiente de Contratação Regulada, promovidos pela ANEEL, com período de fornecimento compreendido entre 2011 e 2043, conforme abaixo:

Leilão	Montante (MW médios)	Preço médio (R\$/MWh)
Leilão A-3	389,16	102,07
Leilão A-1	18,13	79,99
Leilão de ajuste 2º Semestre	137,00	56,13

Gestão das Perdas

O Índice de Perdas Totais da Cemig Distribuição atingiu o valor histórico de 10,40% (dados de out/2011), sendo 8,50% referentes às Perdas Técnicas e 1,90% relativos às Perdas Não Técnicas.

Os investimentos de reforço realizados no sistema elétrico em alta, média e baixa tensão contribuíram para o controle das Perdas Técnicas (que são inerentes ao processo de transporte e transformação de energia).

Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, a regularização de 35 mil unidades consumidoras proporcionou uma recuperação de energia de 181 GWh e um incremento de energia de 77 GWh. Esses montantes de energia correspondem a receitas agregadas de R\$90 milhões

Além disso, foram realizados aprimoramentos na ferramenta para seleção de alvos de inspeção (SGC/SAP), aumento da produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de aproximadamente 177 mil medidores obsoletos e regularização de 15 mil lâmpadas de iluminação pública acesas durante o dia (redução de perdas de 10 GWh ou mais de R\$1 milhão) e retirada de 8.000 ligações clandestinas (redução de perdas de 19 GWh ou mais de R\$2 milhões).

Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

	2011	2010
CVA (1)	(145.083)	(56.254)
Parcela A	(9.646)	(35.799)
Descontos TUSD (2) e Irrigação	82.305	83.506
Neutralidade dos Encargos Setoriais	(89.766)	(53.959)
Subvenção Baixa Renda	13.102	24.120
Outros Componentes Financeiros	869	4.553
	(148.219)	(33.833)

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Parcela A

Os itens da Parcela A são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os valores constituídos pela Companhia referem-se ao ressarcimento, aos consumidores, dos valores faturados a maior.

Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos auto-produtores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aquicultura.

Subvenção Baixa Renda

Subsídios concedidos aos consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) a serem ressarcidos, à Companhia, pelos demais consumidores.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no Fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) da Cemig Distribuição:

Ano	Com expurgo		Sem expurgo	
	DEC	FEC	DEC	FEC
2010	12,99	6,55	15,10	7,40
2011	14,32	7,01	16,86	7,90
Aumento/(Redução)	10,2%	7,02%	11,65%	6,76%

Os expurgos apresentados acima se referem aos dias críticos, em que a quantidade de ocorrências emergenciais, em um determinado conjunto de unidades consumidoras, supera a média relativa aos 24 meses anteriores. As interrupções ocorridas nos dias críticos são desconsideradas para o cálculo dos indicadores DEC e FEC.

Em 2011 foram registradas 332.501 interrupções, sendo 82% acidentais e 18% programadas. Cerca de 49% das interrupções sustentadas de energia em 2011 tiveram origem em causas externas ao sistema (fenômenos naturais e meio ambiente), 33% de origem interna (falhas de equipamentos, falha humana, erros de manobra, etc.) e 18% foram interrupções programadas. Dentre as principais causas externas, a descarga atmosférica contribuiu com 21%, o contato de pássaros e animais na rede com 10% e a arborização com 10% do total.

Em 2011, foram aplicados R\$105,6 milhões em manutenção preventiva (limpeza de faixa, poda, troca de cruzetas, manutenção em estruturas, troca de postes, transformadores e cabos deteriorados), e R\$34,13 milhões em reformas de rede (blindagem de redes, reforma de circuitos e interligação de circuitos).

Apesar da queda nos indicadores de qualidade em 2011, deve ser ressaltado que decorre principalmente de um volume de chuvas muito mais expressivo, em índice significativamente superior a média histórica.

Para 2012 estão previstos também investimentos significativos em obras de flexibilidade operativa e instalação de equipamentos de proteção com religamento automático que possam auxiliar na redução do número de interrupções acidentais e no tempo de interrupção, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Outra ação importante é a alteração do patamar tecnológico, com investimentos sistemáticos em automação do sistema elétrico, o que permitirá o restabelecimento automático e remoto do fornecimento de energia após a ocorrência de interrupções.

Política de Atendimento

Dando prosseguimento às ações para efetivação de seu Plano Estratégico, a Cemig Distribuição tem consolidado um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade e presença junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico em toda a sua área de atuação.

Nesse sentido, além dos canais já existentes, tais: como Fale com a Cemig, Agências de Atendimento, Agentes de Relacionamento, Agência Virtual e Postos de Atendimento Simplificado (PAS), a Cemig Distribuição vem trabalhando fortemente no estreitamento do relacionamento com os clientes, conforme as seguintes ações:

- Implantação em 2011 da Representatividade da Cemig Distribuição, que possibilita atendimento presencial em todos os 774 municípios de sua área de concessão através de **Pontos de Atendimento Cemig Fácil (PCFA)**, no qual o atendimento é personalizado e realizado por agentes credenciados. Assim, a Cemig Distribuição se faz presente em todos os municípios em que atua, seja através das suas 156 Agências de Atendimento ou dos 621 postos de atendimento do Cemig Fácil;
- Consolidação do *contact center* do *Cemig Mais* para clientes atendidos em média tensão, que trata-se de um centro de relacionamento que utiliza a metodologia de carteiras de clientes atendidas por Agentes de Relacionamento focados na gestão de contratos e acompanhamento de serviços específicos desses clientes, dentre outros tipos de atendimentos;
- Implantamos também em 2011 o serviço *Cemig Torpedo*, que é mais um canal de relacionamento com seus clientes. Eles podem agora, através de mensagens, comunicar falta de energia, consultar débitos pendentes ou enviar leitura de medidor de sua unidade consumidora. É mais um serviço gratuito, que funciona 24 horas por dia, todos os dias e a Cemig Distribuição responde em até um minuto;

- Aumento da quantidade de serviços disponíveis na *Agência Virtual* em sua página na internet e no *autoatendimento eletrônico do Call Center*, o que facilita a vida do cliente, podendo ser atendido sem sair de casa e com muita praticidade.

Além disso, e dentro das premissas do direcionamento estratégico, a Superintendência de Relacionamento Comercial da distribuição promoveu a melhoria de procedimentos internos com o objetivo de agilizar o atendimento aos clientes, otimizando a sua força de trabalho e reduzindo custos, sem que prejudicasse a qualidade do atendimento. Tais ações buscam atender as necessidades e expectativas dos clientes da Distribuidora e à legislação do setor elétrico.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2011, um lucro líquido de R\$720 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$441 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 63,27%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2011	2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.910	9.218
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.821	1.640
Receita de Construção	1.175	786
Outras Receitas Operacionais	161	217
Impostos Incidentes sobre as Receitas Acima	(4.557)	(4.148)
	8.510	7.713

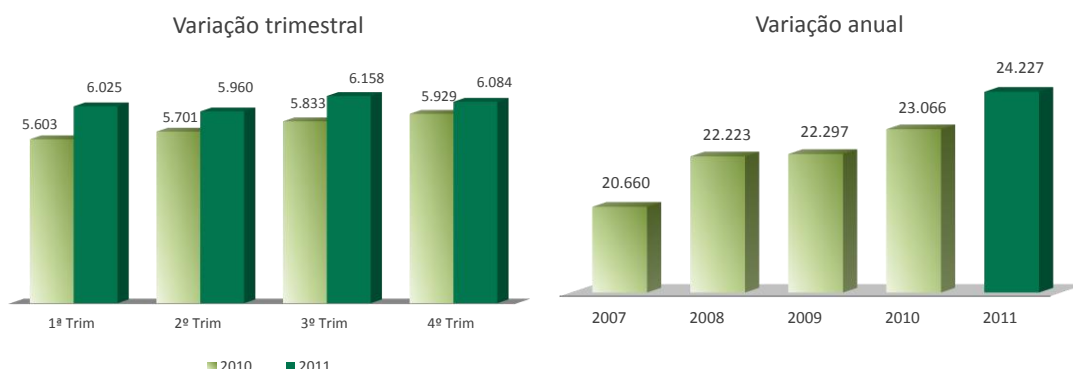
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Os principais impactos na receita de 2011 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 5,03% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral em 2011);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

■ Residencial

O consumo residencial representa 35,3% da energia vendida em 2011 e o crescimento de 5,1% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2011 foi de 122 kWh, com elevação de 2,6% em relação ao ano anterior.

■ Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 19,5% do volume vendido em 2011, teve uma redução de 0,8% em relação a 2010. O principal fator que explica essa redução é a migração de consumidores cativos para a condição de livres em 2011.

■ Comercial e de Serviços

Esta classe representou 21,4% da energia vendida e cresceu 8,5% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2011: Comércio Varejista (10,5%), Comércio Atacadista (11,3%), Serviços de Comunicação (4,8%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,4%) e Serviços de Saúde (3,8%).

■ Rural

O consumo rural cresceu 7,2% em 2011, com a ligação de 120.881 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

■ Demais Classes

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,0% da energia vendida, cresceram em conjunto 6,8% no ano de 2011.

Receita de Uso da Rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 11,04% (R\$1.821 milhões em 2011 comparados a R\$1.640 milhões em 2010). Esta variação decorre, principalmente, do aumento no volume transportado. Não ocorreu variação significativa na tarifa entre os períodos comparados, ocorrendo uma redução média de 0,09% na tarifa em abril de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.557 milhões em 2011 comparados a R\$4.148 milhões em 2010. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$569 milhões no exercício de 2011 comparados a R\$435 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 30,80%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$392 milhões no exercício de 2011 comparados a R\$341 milhões no exercício de 2010, o que representa um aumento de 14,96%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$7.281 milhões em 2011 comparados a R\$6.914 milhões em 2010, representando um aumento de 5,31%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos de Construção, Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e dos Serviços Prestados por Terceiros, parcialmente compensados pelas reduções nas Participações de Empregados e Administradores no Resultado, nas aquisições de Materiais e nas constituições de Provisões Operacionais.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis.

Principais variações:

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$767 milhões em 2011 comparados a R\$759 milhões em 2010, representando uma redução de 1,05%. Este resultado decorre, principalmente, dos reajustes salariais ocorridos em nov/10 e nov/11, com impactos médios de 7% e 8,20% respectivamente. Em contrapartida ocorreu uma redução do número de empregados médios, que foi de 6.712 em 2011 e 7.105 em 2010, uma redução de 5,53%.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$1.175 milhões em 2011 comparados a R\$786 milhões em 2010, representando um aumento de 49,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$672 milhões em 2011 comparados a R\$616 milhões em 2010, representando um aumento de 9,09%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.936 milhões em 2011 comparados a R\$2.925 milhões em 2010, representando um aumento de 0,38%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$681 milhões em 2011 comparados a R\$642 milhões em 2010, representando um aumento de 6,07%. As principais variações decorrem do aumento nos custos de serviços de comunicação, conservação e limpeza de faixa, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e podas de árvores, decorrente basicamente da atualização monetária dos contratos já existentes.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis.

Materiais

A despesa com Materiais foi de R\$64 milhões em 2011 comparados a R\$99 milhões em 2010, representando uma redução de 35,35% em função da otimização da utilização dos materiais pela Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$161 milhões em 2011 comparados a R\$209 milhões em 2010, uma redução de 22,97%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão abaixo relacionados:

- Celebração em 2010 de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010;
- Reversão de provisão em 2010 referente processo administrativo regulatório, no valor de R\$54 milhões, em função da baixa do processo pelo órgão regulador, que entendeu que a metodologia para cálculo das unidades consumidoras classificadas na subclasse residencial baixa renda precisava ser adaptada;
- Em 2011 ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas;
- Aumento de R\$38 milhões na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em 2011, em função, principalmente, das reavaliações acerca dos parcelamentos realizados para recuperação das dívidas de diversos consumidores.

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$148 milhões em 2011 comparados a R\$236 milhões em 2010, representando uma redução de 37,29%.

Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$39 milhões relativo à Participação Extraordinária no Resultado que foi prevista no Acordo Coletivo de Trabalho firmado em novembro de 2009.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$205 milhões em 2011 comparadas a R\$186 milhões em 2010, o que representou um aumento de 10,22%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento de 75,00% das despesas com Arrendamentos e Aluguéis, que foram de R\$63 milhões em 2011 comparados a R\$36 milhões em 2010, em função, principalmente, do aumento da frota de veículos alugados e da alteração no perfil da frota, sendo que em 2010 era composta por veículos de menor porte, e em 2011 foram firmados novos contratos de locação de veículos de maior porte, a um custo unitário maior.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

(metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2011 apresentou um aumento de 37,04% na comparação com 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 19,04%.

LAJIDA - R\$milhões	2011	2010	Var %
Resultado do Exercício	720	441	63,27
+ Despesa de IR e Contribuição Social	293	134	118,66
+ Resultado Financeiro	216	224	(3,57)
+ Amortização	384	378	1,59
= LAJIDA	1.613	1.177	37,04
Itens não recorrentes:			
+ Acordo com consumidor industrial	-	178	-
= LAJIDA AJUSTADO	1.613	1.355	19,04

O aumento do LAJIDA em 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se principalmente ao aumento de 10,33% na receita na comparação ao aumento de 5,52% nos custos e despesas operacionais, excluindo despesa com amortização. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA aumentou de 15,26% em 2010 para 18,95% em 2011.

O efeito não recorrente que impactou o LAJIDA de 2010 referente a reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) durante o Plano Cruzado.

Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões em 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro são como segue:

- Aumento na receita de Aplicações Financeiras, R\$73 milhões em 2011, comparados a R\$53 milhões em 2010, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011.

- Redução na despesa com Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$48 milhões em 2011, comparados a R\$60 milhões em 2010. Esta redução decorre principalmente da menor variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida, que foi de 5,10% em 2011, comparado a um aumento de 11,32% em 2010.
- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$300 milhões em 2011, comparados a R\$260 milhões em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI em 2011, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293 milhões em relação ao lucro de R\$1.013 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134 milhões em relação ao lucro de R\$575 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,33%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 7 das Demonstrações Contábeis.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de subtransmissão e distribuição existentes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$527 milhões, em comparação com R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para este aumento são apresentadas abaixo.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2011 e 2010 totalizou R\$1.269 milhões e R\$1.025 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado por atividades operacionais em 2011, em comparação com 2010, deveu-se, principalmente, ao aumento do resultado do exercício que passou de um lucro de R\$441 milhões em 2010 para R\$720 milhões em 2011.

Fluxo de Caixa Consumido pelas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2011 e 2010 totalizou, respectivamente, R\$1.180 milhões e R\$804 milhões. O aumento nos valores consumidos em atividades de investimento em 2011, em comparação com o exercício anterior, foi decorrente, basicamente, do maior investimento em ativos da concessão.

Fluxo de Caixa (Consumido pelas) e Proveniente das Atividades de Financiamento

Estamos empenhados em prolongar nosso perfil de dívidas por meio de veículos de financiamento de longo prazo a baixas taxas de juros, sendo os vencimentos e obrigações destes compatíveis com a natureza de nossos negócios, que é de capital intensivo. Procuramos equilibrar as proporções de financiamentos de curto e longo prazo e não aumentar nossa exposição a taxas de curto prazo, nem sofrer qualquer pressão de liquidez. Mais detalhes de nossa política de captação podem ser vistos no item seguinte deste relatório, Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida.

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2011 representou uma redução de R\$65 milhões, e foi composto pela amortização de R\$309 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$382 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, compensado, parcialmente, pela captação de recursos no montante de R\$626 milhões.

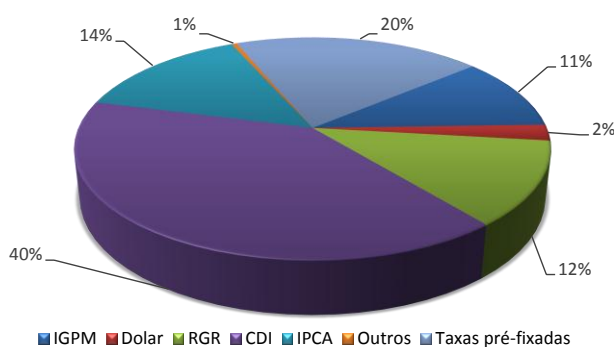
O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento durante 2010 representou um acréscimo de R\$36 milhões, incluindo captação de recursos no montante de R\$665 milhões, que compensou, a amortização de empréstimos e financiamentos e os pagamentos de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$319 milhões e R\$310 milhões, respectivamente.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio.

A Cemig D recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em Notas Promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano, foram captados outros R\$410 milhões em empréstimos e mais R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo. Dessa forma, e considerando a amortização de cerca de R\$309 milhões ao longo de 2011, a dívida da Cemig D terminou o ano no nível de R\$3.511 milhões, comparado com R\$3.045 milhões ao final de 2010.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2011

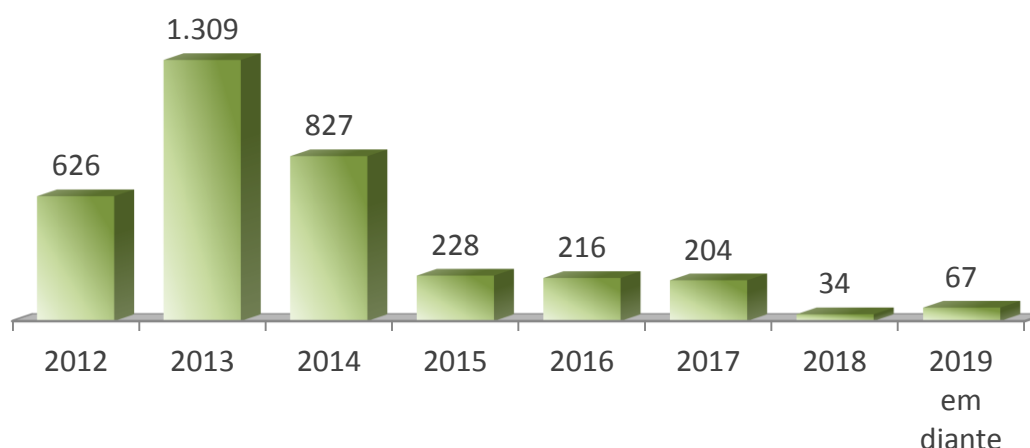


A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 2%). A expressiva concentração da dívida no CDI (40%) reduzirá o custo da dívida num cenário de redução das taxas de juros no longo prazo. A propósito, o custo médio da dívida da Cemig é de 7,71%a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 2,8 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, conforme gráfico a seguir, o que não representa risco de refinanciamento dado o acesso da empresa ao mercado de capitais local.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2011 (R\$ milhões)



Os ratings da Cemig Distribuição refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, conforme avaliam as principais agências de rating.

INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Durante o processo de Revisão Tarifária do ciclo 2008-2012, a Diretoria de Distribuição e Comercialização – DDC apresentou um Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD para a ANEEL, referente ao período tarifário em vigência, onde estão indicados os montantes a serem investidos pela Cemig Distribuição para o período 2008-2012, consonantes com os ajustes anuais já homologados e a serem homologados para as tarifas de Distribuição no ciclo.

A realização plena dos macroprojetos que compõe o Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, proporcionará o alcance da meta estabelecida para negociação da revisão tarifária pela qual a Cemig Distribuição já vem sendo remunerada através do seu faturamento, permitirá o crescimento de forma sustentável do mercado em função da disponibilidade de energia, contribuirá fortemente na melhoria da performance da qualidade de fornecimento de energia elétrica em aspectos de continuidade, equilíbrio e níveis de tensão, implicará na melhoria da qualidade das medições para faturamento e na redução das perdas técnicas e comerciais.

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Destaca-se que nesse final de 2011 a Cemig Distribuição concluiu o Programa Luz para Todos (LPT) em Minas Gerais, período 2004-2011, abrangendo todos os 774 municípios de sua área de concessão, ligando um total de 285.913 mil domicílios de famílias na área rural, quase 03 vezes o quantitativo inicialmente previsto pelo MME, que era de 105 mil domicílios, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas, aproximando de 100% sua Taxa de Atendimento Rural (TAR). Foram investidos aproximadamente R\$3 bilhões, com participação de cerca de 23% do Governo Federal e 77% do Governo de Minas e Cemig Distribuição.

Programa Cresceminas

O Projeto Cresceminas, caracterizado também como um dos projetos estruturadores do Governo do Estado, tem como principal objetivo a ampliação da disponibilidade de infraestrutura de distribuição de energia elétrica para atendimento ao crescimento do mercado no Estado de Minas Gerais.

Destacam-se no projeto as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição. O conjunto de obras beneficiará aproximadamente 310 municípios (40,1% do total do estado), uma população aproximada de 9,5 milhões e cerca de 2,8 milhões de consumidores em todo o Estado, gerando empregos diretos e indiretos e permitindo a disponibilização de energia, base fundamental para o crescimento do Estado de Minas Gerais.

Estão previstos investimentos da ordem de R\$759 milhões, para o período 2006 a 2012, sendo que desse montante, já foram completados investimentos de R\$404 milhões em Alta Tensão e R\$271 milhões em Média Tensão.

Programa de Eletrificação Urbana – Clarear

O Programa Clarear constitui-se de obras de ligação, extensão, modificação e reforço de rede de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores situados em área urbana, mantendo a área urbana da concessão da Cemig Distribuição universalizada.

Neste Programa, no ano de 2011, foram atendidos 210.000 consumidores em área urbana com investimentos em torno de R\$92 milhões, com a instalação de 34 mil postes e com extensão de cerca de 1.500 km de redes ao sistema elétrico de distribuição.

Programa Campos de Luz

A Cemig Distribuição vem mantendo desde 2004, em parceria com o Governo de Minas Gerais, o Programa Campos de Luz que consiste na realização de obras de iluminação e adequação de equipamentos em campos de futebol amador e também em campos de comunidades carentes. Dentre os benefícios proporcionados pelo Programa podem ser citados: a melhoria da prática esportiva e de atividades culturais; maior tranquilidade aos moradores; maior utilização dos espaços existentes; diminuição do índice de criminalidade e vandalismo e a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através do esporte e da cultura.

Até 2010, o Programa finalizou a iluminação de um total de 728 campos de futebol amador, nos 6 anos de sua implementação, beneficiando a prática esportiva em 377 municípios localizados em todas as regiões do Estado. No total, foram investidos R\$26 milhões, sendo R\$15 milhões em recursos da Cemig Distribuição e o restante do Governo Estadual.

A Cemig Distribuição irá atender, até meados de 2012, a mais 150 campos de futebol amador. Essa nova Etapa, a Quarta, está em análise pela ANEEL para anuência e foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2011.

Planos de Expansão de Alta Tensão

A Cemig Distribuição realizou, no ano de 2011, investimentos da ordem de R\$175 milhões em expansão da subtransmissão, além do Projeto Cresceminas, sendo que deste montante, R\$35 milhões foram investidos em linhas de distribuição de alta tensão e o restante em subestações.

Foram concluídas 6 obras de aumento de capacidade de subestações nas regiões Leste e Mantiqueira do Estado, acrescentando 34,5 MVA (Mega Volt Ampere) ao sistema de distribuição da Cemig Distribuição. Foram também concluídas obras de melhorias em 6 subestações.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se em abril de 2012 que, ao resultado do exercício, no montante de R\$720 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$143 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$298 milhões referente dividendos intermediários, já declarados em 2011;
- R\$36 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R\$243 milhões para pagamento de dividendos adicionais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2011, foram realizadas 26 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Contamos ainda com seis Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos ao término do mandato. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei *Sarbanes-Oxley*. Em 2011 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig Distribuição são como segue:

Serviços	2011 R\$ mil	% em relação à auditoria	2010 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria de Demonstrações Contábeis	212	100,00	371	100,00
Serviços adicionais				
Diagnóstico e avaliação de controles internos - SOX	87	41,04	81	21,83
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	41	19,34	18	4,85
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	302	142,45	159	42,86
Auditoria de Projetos de P&D	12	5,66	-	-
Tradução de relatórios	3	1,42	2	0,54
Treinamento de DIPJ e mudanças na legislação	-	-	-	-
Relatório Técnico Financeiro Estado/BID – Projeto PRONOROESTE	16	7,55	-	-
	461	217,45	260	70,08
Total Geral	673	317,45	631	170,08

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos presentes na matriz corporativa da Cemig Distribuição se referem aos eventos que possam impedir o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico. Os Riscos são avaliados pelo seu impacto financeiro e sua probabilidade de ocorrência nos diversos negócios da cadeia de valor. Anualmente todos os riscos são atualizados pelos gestores responsáveis com o suporte da Superintendência de Gestão de Riscos Corporativos.

A mensuração de riscos para a Cemig Distribuição é fundamentada em quatro dimensões: Objetivos, Riscos, Controles e Alinhamento.

Em 2011, foi criado o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC que tem como principais atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e, (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Companhia.

SISTEMAS DE GESTÃO E MODELO DE EXCELÊNCIA

Dentre os diversos modelos existentes para suporte à gestão, a Cemig Distribuição utiliza também modelos baseados nas normas ISO da Série 9000 e 14000, assim como a OHSAS 18001. Essa metodologia contribui para que os processos sejam solidamente alicerçados por práticas de gestão auditadas continuamente.

Participante do Ciclo PNQ desde 2007, a Cemig Distribuição foi reconhecida como Destaque no Critério Processos no Prêmio Nacional da Qualidade (“PNQ”) em 2011. Essa classificação é resultado da análise final da comissão julgadora e representa o reconhecimento de excelência em um critério que permeia todas as atividades dentro da Companhia.

O PNQ, que está em sua 20ª edição, promove a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade entre as organizações brasileiras. No ano passado, a Cemig Distribuição já tinha sido reconhecida como Finalista, em uma das principais categorias.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

A Cemig Distribuição tem buscado, ao longo da vigência do seu programa de pesquisa e desenvolvimento, investir em projetos inovadores nos mais variados temas relativos ao seu negócio. Em função da Lei 9.991 de 2000, todo ano, 1% da sua receita operacional líquida é destinada a projetos de P&D e Eficiência Energética.

No início do ano de 2011, a Cemig Distribuição e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig assinaram um convênio para o desenvolvimento de projetos de P&D relacionados ao setor elétrico, cujos investimentos pela Cemig Distribuição, nos próximos cinco anos, totalizarão R\$50 milhões.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2010, dos 220 projetos recebidos foram selecionados 30 projetos de pesquisa e desenvolvimento que se iniciaram em 2011. Serão investidos R\$72 milhões em projetos em 12 temas estratégicos de interesse da Cemig e do setor elétrico.

Com a celebração do convênio com a Fapemig e do lançamento do edital de captação em maio de 2011, foram encaminhadas várias propostas de projetos. A fase seguinte desse processo, de seleção e priorização, deverá se encerrar logo no início do ano de 2012, com previsão de investimentos pela Cemig Distribuição na ordem de R\$40 milhões.

Deve ainda ser ressaltado que conseguimos incentivos fiscais em nossos projetos de P&D que representaram uma redução em 2011 de R\$5 milhões na carga tributária da Cemig Distribuição.

Eficiência Energética

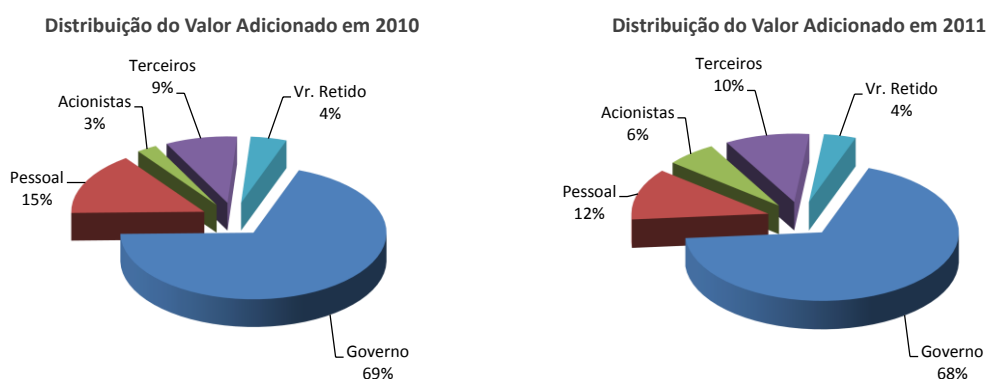
O Programa Energia Inteligente – EI traduz a preocupação da Cemig Distribuição em atender aos clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais para os clientes, para a Cemig Distribuição e para a sociedade. Em 2011 as principais diretrizes do EI foram voltadas ao desenvolvimento de ações em comunidades de baixo poder aquisitivo e instituições sem fins lucrativos (hospitais/asilos) para promover a mudança de cultura do desperdício de energia, totalizando oito projetos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação da Cemig Distribuição com as comunidades onde atua não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$7.381 milhões de valor adicionado em 2011 em comparação a R\$6.417 milhões em 2010.



Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Atração e Retenção de Talentos

Conjugando as necessidades da Companhia com as expectativas de desenvolvimento de carreira dos empregados, a Cemig Distribuição promove periodicamente o processo de mobilidade interna entre carreiras, o que proporciona aos empregados o ingresso em carreira profissional de seu interesse, seleção interna e concurso externo.

Visando a gestão de talentos para a liderança, a Cemig Distribuição realiza o programa de Gestão Sucessória desde 2007. O programa visa ao planejamento da substituição de posições de liderança, tornando-se uma ferramenta apropriada na identificação de potenciais sucessores com perfis adequados às competências requeridas. Atualmente, 37% do quadro de liderança da Cemig Distribuição são oriundos do Programa de Gestão Sucessória. Em dezembro de 2011, este programa foi vencedor do Prêmio FUNCOGE 2011 na categoria "Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas".

Programa de Desenvolvimento da Liderança

O Programa de Desenvolvimento da Liderança contempla uma série de programas educacionais, dos quais se pode citar: Cemig Liderança em Gestão – Celig, Programa de Gestão Avançada, Programa de Desenvolvimento das Habilidades Pessoais para Potenciais Sucessores, Programa Trilhas da Liderança e Trilhas Internacionais.



Cultura e Sociedade

Em 2011, nossos patrocínios permaneceram alinhados a estratégia de manutenção de projetos formadores de público e fomento a segmentos específicos, atuando com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado.

Os dois programas da Empresa – o Cemig Cultural e o Filme em Minas apoiaram 144 projetos em 21 municípios, atendendo a meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em Cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações de recurso próprio, foi de R\$4,8 milhões.

Meio Ambiente

A Cemig Distribuição possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses princípios são traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados e parceiros sobre os principais desafios ambientais da Cemig Distribuição e do mundo.

A Cemig Distribuição desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, podem-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas e arborização urbana.

Em 2011, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$24,3 milhões, sendo R\$1,1 milhão relativo à implantação de novos empreendimentos e R\$23,3 milhões na operação e manutenção de instalações e na realização de estudos e monitoramentos.

Gestão de Resíduos

Em 2011, foram encaminhadas para reciclagem 47 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e 3,5 toneladas de lâmpadas fluorescentes quebradas provenientes de toda a área de concessão da empresa.

Foram alienadas ou recicladas 14.200 toneladas de materiais e equipamentos. Deste valor, foram regeneradas e reutilizadas pela própria Cemig Distribuição 143 toneladas de óleo mineral isolante, retirados dos equipamentos elétricos.

Além disso, foram co-processadas 152 toneladas de resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e 0,69 toneladas de EPI's e acessórios. Foram incineradas 2,39 toneladas de solventes e outros resíduos de classe I, totalizando 14.355 toneladas de resíduos com destinação final adequada.

No gráfico a seguir está apresentado o total de materiais alienados ou reciclados e co-processados ou incinerados.

Destinação Final de Resíduos (t)



Arborização Urbana

A Cemig Distribuição lançou, em 2009, o Programa Especial de Manejo Integrado de Árvores e Redes – o Premiar, que tem como objetivo conduzir as políticas da Cemig Distribuição voltadas para o manejo da arborização urbana junto a sistemas elétricos, com foco no convívio harmônico entre as árvores e a rede elétrica.

No exercício de 2011 foram percebidos vários avanços em comparação a anos anteriores, com o amadurecimento do diálogo com as lideranças ambientais, e reconhecimento por parte delas de que sua atividade e sua opinião (ambiental) estão sendo ainda mais valorizadas após o Premiar e com a apresentação de tendências decrescentes de ocorrências por árvore na rede.

Mudanças Climáticas

A relevância global das discussões sobre mudanças climáticas traz para a Cemig uma atenção especial na consolidação de sua matriz energética predominantemente renovável, na identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de focar na busca de soluções para adaptação e mitigação dos possíveis efeitos que possam impactar nos negócios da Companhia.

Com o objetivo de formalizar o seu compromisso em relação às mudanças climáticas, a Cemig divulgou o documento “Cemig - 10 Iniciativas para o Clima”, onde estão definidas as principais linhas de atuação da Companhia.

Além de priorizar a participação de fontes de energias renováveis na composição de sua matriz energética, a Cemig possui inúmeras iniciativas em prol do clima, como os programas que desenvolve com a comunidade sobre o uso eficiente da energia.

A divulgação do documento representa a preparação e o comprometimento da empresa para uma economia de baixo carbono, informando à sociedade e aos investidores as linhas de atuação adotadas pela Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

1) Base de Cálculo	2011			2010		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	8.510.128			7.713.003		
Resultado Operacional (RO)	1.229.586			799.457		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	687.461			678.768		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	53.901	7,84	0,63	56.363	8,30	0,73
Encargos sociais compulsórios	194.513	28,29	2,29	175.080	25,79	2,27
Previdência privada	46.446	6,76	0,55	45.845	6,75	0,59
Saúde	33.674	4,90	0,40	30.117	4,44	0,39
Segurança e medicina no trabalho	8.577	1,25	0,10	8.739	1,29	0,11
Educação	1.620	0,24	0,02	775	0,11	0,01
Cultura	88	0,01	-	134	0,02	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.957	2,03	0,16	20.623	3,04	0,27
Creches ou auxílio-creche	1.324	0,19	0,02	1.214	0,18	0,02
Participação nos lucros ou resultados	148.298	21,57	1,74	236.031	34,77	3,06
Outros	11.345	1,65	0,13	11.640	1,71	0,15
Total - Indicadores Sociais Internos	513.743	74,73	6,04	586.561	86,42	7,60
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	1.024	0,08	0,01	2.267	0,28	0,03
Cultura	4.459	0,36	0,05	5.139	0,64	0,07
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	79.000	6,42	0,93	51.157	6,40	0,66
Total das Contribuições para a Sociedade	84.483	6,87	0,99	58.563	7,33	0,76
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.027.281	408,86	59,07	4.437.664	555,08	57,53
Total - Indicadores Sociais Externos	5.111.764	415,73	60,07	4.496.227	562,41	58,29
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	24.300	1,98	0,29	26.546	3,32	0,34
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	24.300	1,98	0,29	26.546	3,32	0,34
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			6.675			6.807
Nº de admissões durante o período			1			3
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			241			299
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			2.022			1.866
- 2º Grau			4.185			4.305
- 1º Grau			394			552
- Até 1º Grau incompleto			74			84
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.861			2.349
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			798			822
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			9,73%			11,96%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			2.151			2.186
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			15,04%			15,38%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			36			41
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			17,40			ND
Número total de acidentes de trabalho			40			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() Todos + CIPA	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados	() Todos + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são Sugeridos	(x) são Exigidos	() não serão considerados	() serão Sugeridos	(x) serão Exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%	na Companhia __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2011: 7.381.387			Em 2010: 6.416.608		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	68,11% governo 5,96% acionistas 12,16% colaboradores		9,98% terceiros 3,79% retido	69,16% governo 2,47% acionistas 15,24% colaboradores		8,73% terceiros 4,40% retido
7) Outras Informações						

- I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- II. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes provenientes da área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2011, 51 toneladas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2011, aproximadamente 143 toneladas de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos.
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.
- IV. Foram alienados ou reciclados 14.200 toneladas de material e equipamentos. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2011	2010
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	7.336	7.064
Número de empregados	6.675	6.807
Número de consumidores por empregado	1.099	1.038
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.458	1.409
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	503,41	486,70
Comercial	432,31	442,70
Industrial	349,20	354,15
Rural	267,25	256,20
DEC (horas)	14,32	12,99
FEC (número de interrupções)	7,90	6,55
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	72	65
Operacionais		
Número de Subestações	370	360
Linhas de Subtransmissão (Km)	17.367	16.835
Linhas de Distribuição (Km)		
Urbana	104.482	91.465
Rural	363.197	362.470
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$milhões	8.510	7.713
Margem operacional - %	14,45	10,37
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	1.613	1.177
Resultado do Exercício - R\$milhões	720	441
Resultado do Exercício por lote de 1000 ações R\$	318,29	194,96
Patrimônio líquido - R\$milhões	2.656	2.377
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.174,00	1.050,80
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	30,29	21,05
Endividamento do patrimônio líquido - %	304,09	303,87
Liquidez Corrente	1,13	1,30
Liquidez Geral	0,99	0,96

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Francelino Pereira dos Santos	Leonardo Maurício Colombini Lima
Guy Maria Villela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
Otávio Marques de Azevedo	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Bruno Magalhães Menicucci
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Djalma Bastos de Moraes	Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
Fuad Jorge Noman Filho	Diretor de Gás
José Carlos de Mattos	Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	527.296	503.409
Consumidores e Revendedores	5	1.602.291	1.496.609
Concessionários - Transporte de Energia	5	247.049	273.948
Tributos Compensáveis	6	118.960	228.903
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	81.597	245.258
Fundos Vinculados		3.279	14.048
Estoques		26.671	21.318
Contribuição de Iluminação Pública		62.889	52.258
Outros		263.107	282.110
TOTAL DO CIRCULANTE		2.933.139	3.117.861
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7	755.838	637.168
Tributos Compensáveis	6	247.350	98.718
Depósitos Vinculados a Litígios	8	832.466	641.897
Consumidores e Revendedores	5	61.822	18.491
Concessionários - Transporte de Energia	5	11.931	-
Outros Créditos		70.171	46.120
Ativos Financeiros da Concessão	9	3.118.126	2.387.093
Intangíveis	10	2.703.687	2.652.214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.801.391	6.481.701
ATIVO TOTAL		10.734.530	9.599.562

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	603.235	388.825
Debêntures	13	22.765	21.918
Fornecedores	11	753.131	770.139
Impostos, Taxas e Contribuições	12	340.956	263.385
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		109.215	50.842
Salários e Encargos Sociais		168.454	156.978
Encargos Regulatórios	14	210.312	304.124
Participações nos Lucros		59.437	81.641
Obrigações Pós-Emprego	15	53.687	53.579
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	22	25.764	69.271
Contribuição de Iluminação Pública		114.586	93.866
Outras		143.219	149.960
TOTAL DO CIRCULANTE		2.604.761	2.404.528
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	2.032.642	1.831.199
Debêntures	13	852.580	805.053
Provisões	16	103.684	31.749
Obrigações Pós-Emprego	15	1.339.105	1.316.001
Impostos, Taxas e Contribuições	12	661.326	508.473
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	276.577	196.123
Encargos Regulatórios	14	187.753	109.066
Outras		19.639	20.471
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.473.306	4.818.135
TOTAL DO PASSIVO		8.078.067	7.222.663
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR			
Capital Social	17	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		394.465	114.901
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.656.463	2.376.899
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.734.530	9.599.562

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
RECEITA	18	8.510.128	7.713.003
CUSTOS OPERACIONAIS	19		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.936.029)	(2.925.045)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(671.651)	(615.584)
		(3.607.680)	(3.540.629)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal e Administradores		(644.169)	(645.716)
Materiais		(46.344)	(93.046)
Serviços de Terceiros		(524.207)	(563.017)
Amortização		(346.458)	(350.464)
Provisões Operacionais		(65.170)	(30.106)
Custo de Construção		(1.175.319)	(785.881)
Outras		(119.388)	(114.744)
		(2.921.055)	(2.582.974)
CUSTO TOTAL		(6.528.735)	(6.123.603)
LUCRO BRUTO		1.981.393	1.589.400
DESPESA OPERACIONAL	19		
Despesas com Vendas		(85.872)	(225.157)
Despesas Gerais e Administrativas		(398.385)	(251.696)
Outras Despesas Operacionais		(267.550)	(313.090)
		(751.807)	(789.943)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		1.229.586	799.457
Receitas Financeiras	20	310.349	293.213
Despesas Financeiras	20	(526.462)	(517.508)
Resultado Antes dos Impostos		1.013.473	575.162
Imposto de Renda e Contribuição Social	7	(354.647)	(188.518)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7	61.145	54.358
RESULTADO DO EXERCÍCIO		719.971	441.002
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		0,31829	0,19496

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.261.998	383.126	(550.519)	2.094.605
Resultado do Exercício	-	-	441.002	441.002
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido				
Juros sobre o capital próprio (R\$70,16 por lote de mil ações)	-	-	(158.708)	(158.708)
Absorção de Prejuízo Acumulado	-	(268.225)	268.225	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.261.998	114.901	-	2.376.899
Resultado do Exercício	-	-	719.971	719.971
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido				
Juros sobre o Capital Próprio (R\$63,05 por lote de mil ações)	-	-	(142.613)	(142.613)
Dividendos Intermediários (R\$131,65 por lote de mil ações)	-	-	(297.794)	(297.794)
Constituição de Reserva Legal	-	35.999	(35.999)	-
Dividendos Adicionais Propostos (R\$107,68 por lote de mil ações)	-	243.565	(243.565)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	-	2.656.463

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010 Reclassificado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	719.971	441.002
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	383.714	377.534
Juros e Variações Monetárias	44.548	49.166
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(61.145)	(54.358)
Provisões para Perdas Operacionais	157.807	5.462
Provisões para Perdas Instrumentos Financeiros	(14.702)	5.216
Obrigações Pós-Emprego	164.253	151.631
Outros	9.099	-
	1.403.545	975.653
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(234.885)	(39.983)
Tributos Compensáveis	(38.688)	54.894
Transporte de Energia	14.968	16.361
Depósitos Judiciais	(190.569)	(223.088)
Imposto de Renda e Contribuição Social	106.136	(15.946)
Outros	(5.296)	(31.904)
	(348.334)	(239.666)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(17.008)	161.236
Tributos e Contribuição Social	310.878	271.374
Salários e Contribuições Sociais	11.476	(89.694)
Encargos do Consumidor a Recolher	(15.125)	34.123
Empréstimos e Financiamentos	102.944	34.796
Obrigações Pós-Emprego	(141.041)	(144.930)
Perdas Instrumentos Financeiros	(28.805)	(14.250)
Outros	(9.057)	36.544
	214.262	289.199
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.269.473	1.025.186
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários	(4.968)	-
Em Intangível	(442.342)	(447.620)
Em Ativos Financeiros da Concessão	(732.977)	(356.800)
	(1.180.287)	(804.420)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.180.287)	(804.420)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2011	2010 Reclassificado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	625.725	665.591
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(308.990)	(318.977)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(382.034)	(310.172)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO PELAS) E PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(65.299)	36.442
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.887	257.208
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	503.409	246.201
No fim do exercício	527.296	503.409
	23.887	257.208
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO		
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	243.476	230.691
Imposto de Renda e Contribuição Social	330.509	81.245
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	46.643	17.116

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	2011		2010 Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	11.892.089		11.074.655	
Receita de Construção	1.175.319		785.881	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(85.872)		(47.565)	
	<u>12.981.536</u>		<u>11.812.971</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.936.029)		(2.925.045)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(671.651)		(615.584)	
Serviços de Terceiros	(680.887)		(641.620)	
Materiais	(64.431)		(98.929)	
Custo de Construção	(1.175.319)		(785.881)	
Outros Custos Operacionais	(145.879)		(251.946)	
	<u>(5.674.196)</u>		<u>(5.319.005)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>7.307.340</u>		<u>6.493.966</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(383.714)		(377.534)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>6.923.626</u>		<u>6.116.432</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	457.761		300.176	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>7.381.387</u>		<u>6.416.608</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	897.751	12,16	977.889	15,24
Remuneração Direta	598.508	8,11	678.190	10,57
Benefícios	246.499	3,34	245.463	3,83
FGTS	40.556	0,55	39.665	0,62
Outros	12.188	0,17	14.571	0,23
Impostos, Taxas e Contribuições	5.027.281	68,11	4.437.664	69,16
Federais	2.632.463	35,66	2.221.697	34,62
Estaduais	2.391.748	32,40	2.213.612	34,50
Municipais	3.070	0,04	2.355	0,04
Remuneração de Capitais de Terceiros	736.384	9,98	560.053	8,73
Juros	673.874	9,13	524.471	8,17
Aluguéis	62.510	0,85	35.582	0,55
Remuneração de Capital Próprio	719.971	9,75	441.002	6,87
Juros sobre Capital Próprio	142.613	1,93	158.708	2,47
Dividendos	297.794	4,03	-	-
Lucros Retidos	279.564	3,79	282.294	4,40
	<u>7.381.387</u>	<u>100,00</u>	<u>6.416.608</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(a) A Companhia

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.336.322 consumidores em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

(b) Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com os contratos de concessão, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, a Companhia pode requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos através de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

Em 06 de março de 2012, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2012.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 7 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 15 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 16 – Provisões;
- Nota 18 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 19 – Amortização; e
- Nota 22 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5. Reclasseficações de saldos contábeis de 2010

Conta de origem	2010	Conta de Reclasseficação	2010 Reclasseficado
Balço Patrimonial		Balço Patrimonial	
Ativo		Ativo	
Circulante		Circulante	
Tributos Compensáveis	(245.258)	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	245.258
Outros	(52.258)	Contribuição de Iluminação Pública	52.258
Não Circulante		Não Circulante	
Créditos com Pessoas Ligadas	(14.656)	Outros Créditos	14.656
Investimentos	(5.717)	Outros Créditos	5.717
	(20.373)		20.373
Passivo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Outras	(124.915)	Encargos Regulatórios	31.049
	(124.915)	Contribuição de Iluminação Pública	93.866
			124.915
Não Circulante		Não Circulante	
Impostos, Taxas e Contribuições	(196.123)	Imposto de Renda e Contribuição Social	196.123
	(196.123)		196.123
Demonstração de Resultado		Demonstração de Resultado	
Receita de Construção	-	Receita de Construção	785.881
Custo de Construção	-	Custo de Construção	(785.881)
	-		-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	236.031	Outras Despesas Operacionais	(236.031)
	236.031		(236.031)
Receitas Financeiras	(6.963)	Despesas Financeiras	6.963
Despesas Financeiras	6.963	Receitas Financeiras	(6.963)
	-		-
Demonstração do Fluxo de Caixa		Demonstração do Fluxo de Caixa	
Aumento (redução) de Passivos		Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	
Obrigações Pós Emprego	(73.107)	Obrigações Pós Emprego	73.107
Em Investimentos	(9)	Em Intangível	(9)
Em Ativos Financeiros da Concessão	356.809		356.809
	356.800		(356.800)
Demonstração do Valor Adicionado		Demonstração do Valor Adicionado	
Receita de Construção	-	Receita de Construção	785.881
Custo de Construção	-	Custo de Construção	(785.881)
	-		-

As reclasseficações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Receita e Custo de Construção: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado em 2010, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;

- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais em 2010, foi reclassificada para outras despesas operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado financeiro: apresentados os resultados dos instrumentos financeiros pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período;
- Investimentos: informação não relevante individualmente, relacionada ao custo de aquisição de participações em projetos audiovisuais em conformidade com a lei de incentivos fiscais vigente;

Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis referentes as atuais operações da Companhia são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros da Concessão, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo e estão descritos na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos Financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Equivalentes de Caixa.

Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Ativo Financeiro da Concessão.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses, ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

b) Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores e revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia: (i) consumidores com valores significantes, é feita uma análise do saldo a receber levando-se em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e, (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Intangível, não sendo amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas nas Demonstrações de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

f) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição - A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; e, (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

h) Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos intangíveis têm o seu valor recuperável testado, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeios que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício - Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O Passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

k) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base de cálculo da Contribuição Social.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

n) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre os ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

o) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

p) Demonstrações de Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Novos Pronunciamentos Contábeis ainda não Adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2011 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as demonstrações contábeis da Companhia, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) - O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.
- IAS 32 - As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros, sendo que os principais esclarecimentos estão relacionados ao significado de um direito legalmente executável para ser liquidado pelo montante líquido e que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em, ou a partir de, 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015. Em fases subseqüentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012.

- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo - O IFRS 13 define valor justo, estabelece uma estrutura conceitual para mensuração do valor justo e determina as exigências de divulgação à mensuração do valor justo. A principal mudança foi a definição de valor justo como sendo um preço de saída, valor da transação na data de mensuração. Esta emenda requer que a entidade utilize técnicas de avaliação que sejam adequadas nas circunstâncias e para as quais estejam disponíveis dados suficientes, maximizando o uso de inputs observáveis relevantes e minimizando o uso de inputs não-observáveis. Para atender a emenda, a entidade deverá ter divulgações mínimas para cada classe de ativo e/ou passivo, do processo de avaliação usado por ela para as mensurações e a descrição narrativa da sensibilidade das mensurações. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais	Data da Concessão	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Renovação das Concessões

As concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica possuem cláusula de renovação por mais 20 anos e, dessa forma, a Companhia tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou nem mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Contas Bancárias	43.411	47.768
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	467.416	452.955
Letras Financeiras do Tesouro	2.792	713
Letras do Tesouro Nacional	909	-
Outras	12.768	1.973
	483.885	455.641
	527.296	503.409

As Aplicações Financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis.

5. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2011	2010
Residencial	493.211	184.946	119.235	797.392	655.288
Industrial	150.141	35.502	244.577	430.220	406.432
Comércio, Serviços e Outras	230.919	50.135	91.025	372.079	328.717
Rural	62.436	21.976	29.718	114.130	99.161
Poder Público	67.936	9.590	19.870	97.396	87.584
Iluminação Pública	52.439	4.152	22.907	79.498	71.583
Serviço Público	39.175	3.086	41.800	84.061	104.132
Subtotal – Consumidores	1.096.257	309.387	569.132	1.974.776	1.752.897
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	880	880	917
Concessionários – Transporte de Energia	135.116	17.391	106.473	258.980	273.948
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(311.543)	(311.543)	(238.714)
	1.231.373	326.778	364.942	1.923.093	1.789.048
Ativo Circulante				1.849.340	1.770.557
Ativo Não Circulante				73.753	18.491

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2011	2010
Residencial	116.995	89.569
Industrial	74.715	48.403
Comércio, Serviços e Outras	75.390	64.018
Rural	16.168	15.091
Poder Público	4.346	4.823
Iluminação Pública	11.808	11.614
Serviço Público	12.121	5.196
	311.543	238.714

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	238.714	221.194
Baixas por Recebimentos	(13.043)	(30.045)
Constituição de Provisão	85.872	47.565
Saldo no final do exercício	311.543	238.714

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2011	2010
Circulante		
ICMS a Recuperar	73.487	145.528
COFINS	35.534	67.748
PASEP	8.490	14.704
Outros	1.449	923
	118.960	228.903
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	173.859	46.714
COFINS	61.018	42.728
PASEP	12.473	9.276
	247.350	98.718
	366.310	327.621

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até dezembro de 2012.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2012.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2011 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

	2011	2010
Circulante		
Imposto de Renda	62.109	160.684
Contribuição Social	19.488	84.574
	81.597	245.258

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	2011	2010
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	265.504	252.376
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	113.785	89.023
Provisão para Contingências	35.253	10.795
Instrumentos Financeiros	59.421	33.043
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	122.309
Taxa de Administração	8.944	9.150
Variação Cambial	92.102	89.372
Outros	27.674	31.100
	755.838	637.168

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2011, conforme abaixo:

2012	165.911
2013	302.137
2014	143.895
2015	143.895
	755.838

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2011	2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.013.473	575.162
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(344.581)	(195.555)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre Capital Próprio	48.488	53.960
Incentivos Fiscais	12.096	3.254
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.369)	(3.659)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	3.309	5.688
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.234)	1.171
Outros	(8.211)	981
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(293.502)	(134.160)
Alíquota Efetiva	28,96%	23,33%
Corrente	(354.647)	(188.518)
Diferido	61.145	54.358

A variação ocorrida na alíquota efetiva, se comparados 2011 e 2010, é decorrente, basicamente, do aumento no Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, o que implicou em um menor efeito proporcional do benefício fiscal dos Juros sobre o Capital Próprio e demais itens em relação à alíquota efetiva apurada.

8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2011	2010
Trabalhista	135.126	119.622
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	472.678
Outros	1.391	332
Outros	77.627	43.565
	832.466	641.897

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis.

9. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Ativos Financeiros - Concessão	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.387.093
Adições	732.977
Baixas	(1.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.118.126

10. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2011

	2011				2010			
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da Concessão	4,19	7.950.390	(5.864.699)	2.085.691	5,11	7.447.052	(5.387.781)	2.059.271
(-) Obrigações Especiais	4,19	(1.054.960)	471.612	(583.348)	4,13	(1.239.699)	334.633	(905.066)
Ativos da Concessão Líquidos		6.895.430	(5.393.087)	1.502.343		6.207.353	(5.053.148)	1.154.205
Intangível em Curso		1.201.344	-	1.201.344		1.498.009	-	1.498.009
Total Intangível		8.096.774	(5.393.087)	2.703.687		7.705.362	(5.053.148)	2.652.214

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2011

	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 2011
Ativos da Concessão	2.059.271	-	(6.866)	555.818	(522.532)	2.085.691
(-) Obrigações Especiais	(905.066)	(73.729)	1.398	256.918	137.131	(583.348)
Ativos da Concessão Líquidos	1.154.205	(73.729)	(5.468)	812.736	(385.401)	1.502.343
Intangível em Curso	1.498.009	1.249.048	-	(1.545.713)	-	1.201.344
Total Intangível	2.652.214	1.175.319	(5.468)	(732.977)	(385.401)	2.703.687

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da Concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Intangível para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

As obrigações especiais são amortizadas por taxa correspondente à taxa média dos ativos de distribuição.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 4,19%. As principais taxas anuais de amortização, para os exercícios de 2011 e 2010, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,70	Software	20,00
Condutor do Sistema	5,00	Veículos	20,00
Estrutura do Sistema	5,00	Equipamento Geral	10,00
Transformador	5,00	Edificação	4,00
Disjuntor	3,00		
Banco de Capacitores	6,70		
Regulador de Tensão	4,80		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2011	2010
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	346.420	277.345
Encargos Financeiros Tranferidos para o Intangível	(46.643)	(17.116)
Efeito Líquido no Resultado	299.777	260.229

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil bruto de R\$1.551.819 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

11. FORNECEDORES

	2011	2010
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	162.506	128.840
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	35.096	107.599
Furnas	55.464	50.121
Cemig Geração e Transmissão	28.915	28.145
Tractebel Energia	22.062	20.964
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	26.563	27.502
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	13.154	13.727
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	14.798	11.545
CTEEP – Cia. de Trasm. de Energia Elétrica Paulista	6.990	6.191
Copel Geração e Transmissão	11.122	9.095
Eletror Sul Centrais Elétricas	4.807	4.008
CESP – Cia. Energética de São Paulo	18.163	19.382
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica	2.098	-
CGTEE - Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	3.165	11.840
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	-	1.367
Outros Geradores e Distribuidores	122.999	135.666
	527.902	575.992
Materiais e Serviços	225.229	194.147
	753.131	770.139

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por fazer os recolhimentos mensalmente dos impostos.

	2011	2010
Circulante		
ICMS	259.613	217.203
COFINS	37.668	16.602
PASEP	8.178	3.599
INSS	16.392	16.177
Outros	19.105	9.804
	340.956	263.385
Não Circulante		
COFINS	543.360	417.772
PASEP	117.966	90.701
	661.326	508.473
	1.002.282	771.858

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

	2011	2010
Não Circulante		
Imposto de Renda	203.366	144.208
Contribuição Social	73.211	51.915
	276.577	196.123

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2011						2010
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989	62.597
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826	51.035
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027	8.817
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842	122.449
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628	15.876
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050	103.067
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220	305.947
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255	640.075
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)	(9.581)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114	148.671
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528	-
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810	74.615
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256	191.491
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648	472.333
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50 UFIR + 6,00 a	R\$	21.087	351.610	372.697	354.638
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	73.506	354.732	428.238	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6.366	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25.112	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68.300	101.917
Dívida Referente a Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421.380	2.924.546
TOTAL GERAL				626.000	2.885.222	3.511.222	3.046.995

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
 - a. *Taxa Contratual.
 - b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
 - c. *** Taxa equivalente

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, em 31 de dezembro de 2011, com a respectiva amortização, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.022	27.638	2.095	-	-	-	-	21.058	81.813
Euro	1.605	1.606	1.606	1.606	1.606	-	-	-	8.029
	32.627	29.244	3.701	1.606	1.606	-	-	21.058	89.842
Indexadores									
IPCA (1)	1.678	-	-	166.990	166.990	166.990	-	-	502.648
IGP-M (2)	21.087	-	351.610	-	-	-	-	-	372.697
UFIR/RGR (3)	73.506	65.906	65.907	58.944	47.001	37.182	33.666	46.126	428.238
CDI (4)	497.336	502.107	405.193	-	-	-	-	-	1.404.636
Taxas pré-fixadas	(4.576)	711.372	-	-	-	-	-	-	706.796
TR (5)	1.487	-	381	95	-	-	-	-	1.963
Outros	2.855	686	77	142	214	214	214	-	4.402
	593.373	1.280.071	823.168	226.171	214.205	204.386	33.880	46.126	3.421.380
	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	33.880	67.184	3.511.222

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
 (2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M
 (3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR
 (4) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (5) Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	12,58	(4,31)	IGP-M	5,10	11,32
Euro	9,25	(11,14)	CDI	11,64	9,71
			IPCA	6,64	5,63

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.046.995
Financiamentos Obtidos	625.725
Variação Monetária e Cambial	44.548
Encargos Financeiros Provisionados	349.496
Encargos Financeiros Pagos	(243.476)
Amortização de Financiamentos	(308.990)
Custo de Transação	(8.004)
Amortização Custo Transação	4.928
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.511.222

As captações de recursos durante o exercício de 2011 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S/A	2012	106,00 % do CDI	100.000
Banco do Brasil S/A	2014	98,5% do CDI	200.000
Banco do Brasil S/A	2014	98,5% do CDI	210.000
Eletrobras	2015	7%	17.380
Eletrobras	2017	6,50%	149
Eletrobras	2020	6%	75.322
Eletrobras	2023	6%	22.874
Total de Captações			625.725

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor dos Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
NP e Aval	1.893.070
Recebíveis	1.109.138
Sem Garantia	509.014
Total das Garantias	3.511.222

Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição em 31 de dezembro de 2011, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Saldo em 31/12/2011	Vencimento	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS
CEMIG D (1)	Simplex não Conversíveis	502.648	2017	Não há	IPCA+7,96	Não há
CEMIG D (1)	Simplex não Conversíveis	372.697	2031	Quirografia	IGP-M + 10,50	Não há
Total de Debêntures		875.345				

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 4,0
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 66%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 75%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Todas as cláusulas restritivas, mencionadas acima, foram atendidas em 2011.

14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2011	2010
Reserva Global de Reversão – RGR	34.870	29.330
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	50.887	40.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.674	28.385
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.697
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.365	2.124
Eficiência Energética	131.015	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	88.678	102.701
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.182	1.062
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	18.790	14.477
Encargos de Capacidade Emergencial	31.092	31.049
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	3.499	3.128
	398.065	413.190
Passivo Circulante	210.312	304.124
Passivo Não Circulante	187.753	109.066

15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Forluz.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$613.102 em 31 de dezembro de 2011 (R\$628.500 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Fundeadas	4.939.332	446.843	12.902	378.271
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.693.813)	-	-	-
Valor presente de Obrigações não Fundeadas	245.519	446.843	12.902	378.271
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	83.651	(33.402)	9.462	(34.386)
Passivo Líquido	329.170	413.441	22.364	343.885
Complemento Referente Dívida com a Forluz	283.932	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	613.102	413.441	22.364	343.885

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10% do total das obrigações com benefícios pós-emprego vem sendo reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2010	4.539.508	409.923	12.127	328.509
Custo do Serviço Corrente	4.715	7.884	235	3.124
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	458.983	41.371	1.222	33.982
Contribuição dos Empregados	21	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	279.711	27.426	(104)	21.038
Benefícios Pagos	(343.606)	(39.761)	(578)	(8.382)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2011	4.939.332	446.843	12.902	378.271

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2010	4.460.035
Retorno Esperado	485.048
Contribuições do Empregador	92.315
Contribuição dos Empregados	21
Benefícios pagos	(343.606)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2011	4.693.813

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2011 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.715	7.884	235	3.124	15.958
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	458.983	41.371	1.222	33.982	535.558
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(499.579)	-	-	-	(499.579)
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(487)	-	(487)
Despesa Conforme Laudo Atuarial	(35.881)	49.255	970	37.106	51.450
Ajuste Referente Dívida com a Forluz	112.803	-	-	-	112.803
Despesa Total em 2011	76.922	49.255	970	37.106	164.253

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	628.500	403.947	21.972	315.161	1.369.580
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	76.922	49.255	970	37.106	164.253
Contribuições Pagas	(92.320)	(39.761)	(578)	(8.382)	(141.041)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	613.102	413.441	22.364	343.885	1.392.792
Passivo Circulante	53.687	-	-	-	53.687
Passivo Não Circulante	559.415	413.441	22.364	343.885	1.339.105

As despesas com Fundo de Pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2012 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	4.733	8.382	242	3.572
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	478.847	43.289	1.248	37.634
Reconhecimento de (Ganhos) e Perdas Atuariais	(500.554)	-	-	-
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	-	-	(479)	-
Despesa Total em 2012	(16.974)	51.671	1.011	41.206

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2012 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de Pagamento de Benefícios	368.296	33.919	1.015	11.311

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2012 no montante de R\$134.234.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2011	2010
Ações de Empresas Brasileiras	16,31%	15,00%
Títulos de Renda Fixa	83,69%	85,00%
	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG, controladora da Cemig Distribuição:

	2011	2010
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	367.019	450.107
Ações Emitidas pela Patrocinadora	12.062	9.684
Imóveis da Fundação Ocupados pelas Patrocinadoras	191.606	184.914
	570.687	644.705

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2011	2010
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial – Seguro de Vida	10,10%	10,50%
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial – Demais Planos	10,07%	10,50%
Taxa Anual de Rendimento Esperado sobre os Ativos do Plano	10,98%	11,50%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	4,30%	4,50%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	6,39%	6,59%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica	AT-2000 Básica
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light média	Light média
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2010	Adições (-) Reversões	Atualizações	2011
Trabalhistas				
Diversos	11.995	5.063	1.028	18.086
Cíveis				
Danos Pessoais	4.314	39.618	-	43.932
Majoração Tarifária – Plano Cruzado	1.167	1.159	70	2.396
Ambiental	231	45	-	276
Outras	13.086	3.123	617	16.826
Fiscais				
Outras	956	2.072	81	3.109
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	-	19.059	-	19.059
Total	31.749	70.139	1.796	103.684

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda mais provável que sim do que não e passivos contingentes vinculados, para processos com expectativa de perda mais provável que não do que sim

Obrigações Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de

periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$126.088, dos quais R\$18.086 foram provisionados.

Ações Cíveis – Danos Pessoais

A Cemig D é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais decorrentes, principalmente, de incidentes durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$102.772, dos quais R\$43.932 foram provisionados.

A reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foi a principal causa das constituições realizadas em 2011, no montante de R\$39.618, que passou para perda mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$136.391.

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Controladora, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Cemig não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos

lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Cemig recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Cemig acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$140.875. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig D, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

A expectativa de perda nestas ações é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$477.769.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$187.389.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig D, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$330.871.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.014.905. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig D é parte em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig D na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$11.706.

Adicionalmente, a Controladora é parte em várias outras ações civis públicas com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.171.696. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$122.531.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$1.061.084, sendo considerados todos os consumidores da área de concessão da Cemig Distribuição.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$147.517. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2011, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2011 e 2010, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2011 no montante de R\$142.613. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$48.488, reconhecidos no resultado do exercício de 2011 (R\$53.960 em 2010).

O Conselho de Administração deliberou o pagamento de dividendos intermediários, referentes ao lucro apurado no 1º semestre de 2011, os quais foram pagos, no exercício de 2011, no montante de R\$297.794.

	2011
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	719.971
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	359.985
Dividendos Propostos	
Juros sobre Capital Próprio	142.613
Dividendos Intercalares	297.794
Dividendos Complementares – Lucro de 2011	243.565
Total	683.972
Percentual de dividendos propostos em relação ao lucro do exercício	95,00%
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendos Estatutários	159,14
Dividendos Propostos	302,38

Lucro por ação

O Lucro por ação em 2011 e 2010 foi de R\$0,30 e R\$0,20, respectivamente, sendo calculados com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos anos mencionados.

b) Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2011	2010
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	150.900	114.901
Dividendos adicionais propostos	243.565	-
	394.465	114.901

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$35.999 de Reserva Legal em 2011, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2011, no valor de R\$243.565, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

18. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2011	2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	9.910.245	9.217.639
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.821.171	1.640.489
Receita de Construção (c)	1.175.319	785.881
Outras Receitas Operacionais (d)	160.673	216.527
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(4.557.280)	(4.147.533)
	8.510.128	7.713.003

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Residencial	8.548.212	8.134.143	4.303.276	3.958.883
Industrial	4.718.812	4.757.191	1.647.790	1.684.748
Comércio, Serviços e Outros	5.180.848	4.775.770	2.239.724	2.114.226
Rural	2.632.721	2.455.112	703.599	628.997
Poder Público	801.574	762.207	336.394	325.667
Iluminação Pública	1.195.078	1.067.876	314.147	276.944
Serviço Público	1.150.202	1.113.789	331.235	323.699
Subtotal	24.227.447	23.066.088	9.876.165	9.313.164
Consumo Próprio	34.932	35.505	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	9.469	(101.423)
	24.262.379	23.101.593	9.885.634	9.211.741
Transações com Energia na CCEE (*)	654.867	1.935.630	24.611	5.898
Total	24.917.246	25.037.223	9.910.245	9.217.639

(*) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 10 e 19 das Demonstrações Contábeis.

d) Outras Receitas Operacionais

	2011	2010
Serviço Taxado	12.820	15.984
Outras Prestações de Serviços	17.622	12.560
Subvenções (*)	55.705	132.772
Aluguel e Arrendamento	72.441	54.689
Outras	2.085	522
	160.673	216.527

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2011	2010
Impostos sobre a Receita		
ICMS	2.358.568	2.184.006
PIS-PASEP	195.434	197.310
COFINS	900.185	821.093
ISSQN	518	494
	3.454.705	3.202.903
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	64.687	66.179
Programa de Eficiência Energética-PEE	34.213	37.151
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	392.095	340.620
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	569.263	435.288
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	9.855	14.850
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	9.593	14.850
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	4.797	7.425
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.072	28.267
	1.102.575	944.630
	4.557.280	4.147.533

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Pessoal (a)	766.720	759.155
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	148.298	236.031
Obrigações Pós-Emprego (Nota 15)	87.331	78.524
Materiais	64.431	98.929
Serviços de Terceiros (b)	680.887	641.620
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.936.029	2.925.045
Amortização	383.714	377.534
Provisões Operacionais (d)	161.437	208.821
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	671.651	615.584
Custo de Construção	1.175.319	785.881
Outras Despesas Líquidas (e)	204.725	186.422
	7.280.542	6.913.546

a) Despesas com Pessoal	2011	2010
Remunerações e Encargos	687.461	678.768
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	46.446	45.845
Benefícios Assistenciais	100.449	99.514
	834.356	824.127
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(79.823)	(79.550)
Programas de Desligamento de Empregados	12.187	14.578
	766.720	759.155

Programa Desligamento Premiado – PDP

Em novembro de 2011, a Companhia criou o Programa Desligamento Premiado (PDP), de caráter permanente e aplicável às rescisões dos Contratos de Trabalho de forma livre e espontânea e está em conformidade com a Lei 12.506 de outubro de 2011, que trata de concessão do Aviso Prévio de 1 até 3 meses, e, desta forma, encerrou o antigo Programa Prêmio Desligamento (PPD).

Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias), conforme determina a Lei 12.506 de 2011, e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa. Até 31 de dezembro 2011, houve a adesão de 30 empregados.

b) Serviços de Terceiros	2011	2010
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	150.296	135.576
Comunicação	75.185	68.815
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	150.012	159.270
Conservação e Limpeza de Prédios	32.860	30.832
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	32.168	25.849
Mão de Obra Contratada	52.555	46.719
Fretes e Passagens	4.429	5.960
Hospedagem e Alimentação	12.735	17.165
Vigilância	8.155	7.720
Consultoria	4.380	2.226
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	33.234	33.403
Manutenção e Conservação de Veículos	16.401	21.151
Corte e Religação	26.698	31.789
Podas de Árvores	25.146	18.673
Outros	56.633	36.472
	680.887	641.620

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2011	2010
Energia de Itaipu Binacional	761.142	788.000
Energia de Curto Prazo	282.392	281.319
Contatos Bilaterais	272.281	250.180
Energia adquirida em Leilão	1.707.604	1.699.796
PROINFA	178.033	162.120
Créditos de PASEP/COFINS	(265.423)	(256.370)
	2.936.029	2.925.045

d) Provisões Operacionais	2011	2010
Prêmio de Aposentadoria	3.629	(3.783)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	85.872	47.565
Contingências Trabalhistas	6.091	4.434
Provisão (reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	19.059	(49.212)
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	1.229	180.362
Reversão de Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	36.872	(527)
Outras Provisões	8.685	29.982
	161.437	208.821

e) Outras Despesas Líquidas	2011	2010
Arrendamentos e Aluguéis	62.510	35.582
Propaganda e Publicidade	22.676	28.323
Consumo Próprio de Energia Elétrica	18.944	9.912
Subvenções e Doações	16.244	16.579
Taxa de Fiscalização da ANEEL	21.295	20.897
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	20.590	12.076
Contribuição a CCEE	2.660	2.209
Taxa de Fiscalização – TFDR	30.015	27.184
Seguros	1.833	2.966
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	20.402	24.698
Forluz – Custeio Administrativo	10.634	9.603
Outras (Recuperação de Despesas)	(23.078)	(3.607)
	204.725	186.422

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2011	2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	73.186	53.143
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	119.916	114.259
Variações Cambiais	20.140	49.214
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 22)	14.702	-
Outras	82.405	76.597
	310.349	293.213
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(299.777)	(260.229)
Encargos de Variação Monetária - Forluz	(76.922)	(73.107)
Variações Cambiais	(26.502)	(36.083)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(47.690)	(60.251)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 22)	-	(5.216)
Variação Monetária de P&D e PEE	(25.055)	(23.462)
Outras	(50.516)	(59.160)
	(526.462)	(517.508)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDA	(216.113)	(224.295)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Contábeis, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	10.834	4.619	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	109.215	50.842	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	4.146	2.012	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	260	247	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.554	3.368	28.915	28.145	50.429	66.024	(253.001)	(252.369)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	18.066	9.828	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	749	162	-	-	(6.234)	(5.051)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	(295)	7.320	7.318	4.349	4.109	(72.582)	(85.872)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	6.657	8.619	-	-	89.267	83.800	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (6)	73.487	145.528	259.613	217.203	(2.358.568)	(2.184.006)	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	25.016	39.893	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (6)	173.859	46.714	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	53.687	53.579	-	-	(87.331)	(78.524)
Despesa com Pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(46.446)	(45.845)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(10.634)	(9.603)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	1.339.105	1.316.001	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e Odontológico (9)	-	-	15.310	13.777	-	-	(34.068)	(30.511)
Andrade Gutierrez S.A.								
Circulante								
Programa Luz para Todos (10)	-	-	177	3.352	-	-	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para Todos (10)	-	1.245	275	883	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes

- independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores;
- (3) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
 - (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
 - (5) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
 - (6) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
 - (7) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
 - (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
 - (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
 - (10) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 12, 13, 15, 18 e 19 das Demonstrações Contábeis.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total das remunerações aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2011 e 2010 são conforme segue:

	2011	2010
Remuneração	4.585	1.644
Participação nos Resultados	993	431
Benefícios Pós Emprego	357	133
Benefícios Assistenciais	51	433
Total	5.986	2.641

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Caixa e Depósitos Bancários, Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.923.093	1.923.093	1.789.048	1.789.048
Fundos Vinculados	3.279	3.279	14.048	14.048
Ativos Financeiros da Concessão	3.118.126	3.118.126	2.387.093	2.387.093
	<u>5.044.498</u>	<u>5.044.498</u>	<u>4.190.189</u>	<u>4.190.189</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Caixa e Depósitos Bancários	43.411	43.411	47.768	47.768
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	483.885	483.885	455.641	455.641
Títulos e Valores Mobiliários	5.000	5.000	32	32
	<u>532.296</u>	<u>532.296</u>	<u>503.441</u>	<u>503.441</u>
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	753.131	753.131	770.139	770.139
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.511.222	3.598.107	3.046.995	3.046.995
	<u>4.264.353</u>	<u>4.351.238</u>	<u>3.817.134</u>	<u>3.817.134</u>
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	25.764	40.031	69.271	64.366
	<u>9.866.911</u>	<u>9.968.063</u>	<u>8.580.035</u>	<u>8.575.130</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2011	2010
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 13</i>)	81.813	113.632
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(32.312)	(45.425)
	<u>49.501</u>	<u>68.207</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 13</i>)	8.029	8.817
Passivo Líquido Exposto	<u>57.530</u>	<u>77.024</u>

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2012 será de 11,82% para o dólar (R\$1,654) e 8,22% para o Euro (R\$2,234). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, cenários considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 13</i>)	81.813	72.144	90.181	108.217
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(32.312)	(28.493)	(35.617)	(42.740)
	<u>49.501</u>	<u>43.651</u>	<u>54.564</u>	<u>65.477</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 13</i>)	8.029	7.369	9.212	11.054
Passivo Líquido Exposto	<u>57.530</u>	<u>51.020</u>	<u>63.776</u>	<u>76.531</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial	<u>-</u>	<u>6.510</u>	<u>(12.756)</u>	<u>(25.511)</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2011	2010
Ativos		
Aplicações Financeiras (nota 4)	483.885	455.641
Títulos e Valores Mobiliários	5.000	32
	<u>488.885</u>	<u>455.673</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	(1.404.636)	(1.087.827)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(32.312)	(45.425)
	<u>(2.036.948)</u>	<u>(1.133.252)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.548.063)</u>	<u>(677.579)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2012 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2011	Período até 31 de dezembro de 2012		
	Cenário Base SELIC 11%	Cenário Provável SELIC 9,5%	Cenário Possível SELIC 11,88%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 4)	483.885	529.854	592.774	605.358
Títulos e Valores Mobiliários	5.000	5.475	6.125	6.255
	<u>488.885</u>	<u>535.329</u>	<u>598.899</u>	<u>611.613</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 13)	(1.404.636)	(1.538.075)	(1.720.722)	(1.757.251)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(654.720)	(729.358)	(744.286)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(32.312)	(35.382)	(36.149)	(36.916)
	<u>(2.036.948)</u>	<u>(2.228.177)</u>	<u>(2.486.229)</u>	<u>(2.538.453)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.548.063)</u>	<u>(1.692.848)</u>	<u>(1.887.330)</u>	<u>(1.926.840)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	<u>(144.786)</u>	<u>(194.482)</u>	<u>(233.992)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.881	71.175	582.048	1.835.871	305.451	2.804.426
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(381)*	(1.144)*	110.204	598.117	-	706.796
	<u>9.500</u>	<u>70.031</u>	<u>692.252</u>	<u>2.433.988</u>	<u>305.451</u>	<u>3.511.222</u>

* Custo de Transação (CPC 08), a ser apropriado mensalmente no período contratual, sendo que neste intervalo não haverá pagamento de juros, nem do principal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos constituída em 2011, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$311.543.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Todas as cláusulas restritivas foram atendidas em 31 de dezembro de 2011. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Contábeis.

Risco de não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 2011 no montante de R\$14.702 (perda de R\$5.216 em 2010), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos é o banco Santander - ABN e os contratos são de *swap* cambial e de taxa de juros.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Perda não Realizada			Efeito Acumulado			
				2011	2010	Valor Conforme Contrato		Valor Justo	Valor Recebido		Valor Pago	
				2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.226	US\$27.263	(48.351)	(70.565)	(47.611)	-	-	(28.806)	(24.181)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	22.587	1.294	7.580	-	-	-	-

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de Sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI para o fim de 2012 será de 9,5%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2012, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2012 seria de 11,88% e 14,25% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 31/12/2011 11%	Cenário Provável 9,5%	Cenário Possível 11,88%	Cenário Remoto 14,25%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.312	35.382	36.149	36.916
Efeito Líquido da Variação do CDI		(3.070)	(3.837)	(4.604)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.312	28.493	35.617	42.740
Efeito Líquido da Variação do US\$		3.819	(3.305)	(10.428)
Efeito Líquido		(6.889)	(532)	5.824

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	654.720	668.400	682.080
Efeito Líquido da Variação do CDI		(54.720)	(68.400)	(82.080)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		14.100	(420)	(13.260)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do Passivo	8.078.067	7.222.663
Caixa e Equivalentes de Caixa	(527.296)	(503.409)
Títulos e Valores Mobiliários	(5.000)	(32)
Dívida Líquida	7.545.771	6.719.222
Total do Patrimônio Líquido	2.656.463	2.376.899
Valores Acumulados no Patrimônio Líquido Referente a Hedge de Fluxo de Caixa	-	-
Capital Ajustado	2.656.463	2.376.899
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado no final de dezembro	2,84	2,83

23. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Valor justo em 31 de dezembro de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Caixa e Depósitos Bancários	43.411	-	43.411	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.000		5.000	
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	467.416	-	467.416	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	2.792	2.792	-	-
Letras do Tesouro Nacional	909	909	-	-
Outros	12.768	-	12.768	-
	483.885	3.701	480.184	-
Passivos				
Contratos de Swaps	40.031	-	40.031	-

Metodologia de Cálculo do Valor Justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de *Swaps*: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de *swaps* é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do *swap* da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do *swap* é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

24. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de vigência	Importância Segurada (*)	Prêmio Anual (*)
Almoxarifados, Instalações e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2011 a 08/11/2012	R\$597.457	R\$144
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$940 mil	Total	07/12/2011 a 07/12/2012	(**)R\$460.647	R\$666
Aeronáutico - Aeronaves	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2011 a 29/04/2012	US\$4.808 US\$14.000	US\$93

(*) Valores expressos em R\$Mil ou US\$ Mil

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

25. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	101.064	3.511.222
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	742.317	750.683	605.620	629.081	603.223	623.061	27.310.502	31.264.487
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	74.595	78.663	63.228	66.386	66.212	68.961	1.889.922	2.307.967
Compra de Energia - Leilão	2.259.814	2.119.471	1.889.298	2.313.910	2.439.899	2.813.570	76.478.447	90.314.409
Outros contratos de Compra de Energia	285.105	288.406	301.550	302.527	263.000	268.328	1.934.818	3.643.734
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	53.687	35.168	37.278	39.515	41.886	44.399	361.170	613.103
Total	4.041.518	4.581.706	3.723.843	3.579.196	3.630.031	4.022.705	108.075.923	131.654.922

26. REAJUSTE TARIFÁRIO E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Em 8 de abril de 2011 a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário de 2011 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 10,47%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 8,08% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,39%, que vigorará até abril de 2012. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2010, de 3,23%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 7,24%.

27. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de fevereiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 474, estabeleceu as novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas será a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia está em processo de avaliação quanto aos impactos decorrentes dessa alteração em seus Ativos Financeiros e Intangíveis.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

José Carlos de Mattos
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Distribuição S.A
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte 26 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 27 de abril de 2012.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Luiz Guaritá Neto

Thales de Souza Ramos Filho

Vicente de Paulo Barros Pegoraro

Rafael Cardoso Cordeiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 418ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 06-03-2012, aprovamos a conclusão, em 06-03-2012, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2011; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2012.




Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente



Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente



Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios



Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial



Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás



José Carlos de Mattos - Diretor de Distribuição e Comercialização



José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial



Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores



Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor



Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação



Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**DECLARAÇÃO**

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 418ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 06-03-2012, aprovamos a conclusão, em 06-03-2012, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2011; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2012.




Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente



Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente



Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios



Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial



Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás



José Carlos de Mattos - Diretor de Distribuição e Comercialização



José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial



Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores



Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor



Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação



Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica